



1 Ata da 404ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente -
2 CONSEMA, realizada no dia 27 de outubro de 2021.

Realizou-se no dia 27 de outubro de 2021, às 09h00, por meio virtual, através de videoconferência, a 404ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente transmitida do Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário de Infraestrutura, **Anícia Aparecida Baptstello Pio (FIESP)**, **Antonio Fernando Gimenez (SLT)**, **Claudio Bedran (Planeta Verde)**, **Cláudio Scalli (Anamma/SP)**, **Cristina “Kitty” Maria do Amaral Azevedo (SIMA/CPLA)**, **Denise Crocce Romano Espinosa (USP)**, **Djalma Domingos Weffort de Oliveira (Apoena)**, **Domenico Tremaroli (SIMA/CETESB)**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/SMA)**, **Maj. PM Guilherme D’Artagnan Bopprè (SSP/CPAmb)**, **Gustavo de Castro Oliveira (Faesp)**, **Ibrahim Tauil (Concidadiana)**, **Jeferson da Rocha Oliveira (IEPA)**, **Jose Fernando Bruno (APM)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **Laura Diaz Montiel (SIMA/CEA)**, **Luciana Curiati Zahos (SIMA/CPP)**, **Lucila Manzatti (FF)**, **Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (SH)**, **Luiz Sergio Ozorio Valentim (SES)**, **Maria Fernanda Carbonelli Muniz (ICC)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA/SP)**, **Mauricio da Cruz Forlani (Ampara Animal)**, **Cel. PM Paulo Augusto Leite Motoooka (SSP/CPAmb)**, **Plínio Back Silva (PGE)**, **Roberto Ulysses Resende (Iniciativa Verde)**, **Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP)**, **Sandra Maria Carmelo Guerreiro (Unicamp)**, **Sérgio Luis Marçon (SIMA/CFB)**, **Syllis Flavia Paes Bezerra (Ecophalt)**, **Tatiana Barreto Serra (MP/SP)**, **Valéria Rossi Domingos (SCEC)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Viviane Moschini Carlos (Unesp)**, **Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP)**, **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**. Constavam do **Expediente Preliminar**:

1. Aprovação da ata da 403ª Reunião Plenária Ordinária; 2. Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da

Ordem do Dia: 1. Apreciação dos **Relatórios Finais** da Comissão Temática Processante e de

Normatização sobre os **recursos especiais referentes aos seguintes Autos de Infração Ambiental**:

1.1. **AIA nº 257.463/2011**, interposto por Palmont Montagem Industrial Ltda; 1.2. **AIA nº**

31 **283.601/2012**, interposto por Arnaldo Pisaneschi; 1.3. **AIA nº 334.959/2016**, interposto por Biosev

Bioenergia S/A Unidade Vale do Rosario; 1.4. **AIA nº 328.661/2015**, interposto por Usina Bazan

S/A. 2. Apresentação das **ações do Governo do Estado de São Paulo para a 26ª Conferência das**

Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 26. 3. Apresentação das **Ações**

de Fiscalização Integrada nas Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais na Região

Metropolitana da Grande São Paulo. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo**

Guimarães declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião ocorria por meio virtual, através

de videoconferência, consonante às orientações descritas no Ofício CONSEMA 055/2021, de 19 de

outubro de 2021. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada nas páginas da

Secretaria e Infraestrutura e Meio Ambiente no Youtube, e no Facebook. Após apresentar

orientações de ordem operacional, submeteu à aprovação a Ata da 403ª Reunião Ordinária do

Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada nos termos regimentais, considerando a

alteração indicada pelo conselheiro Ibrahim Tauil, para a linha 542 do documento, com a substituição



do termo “*insustentável*” por “*sustentável*”. Passou-se às **Comunicações da Secretaria-Executiva e da Presidência**. O **Secretário-Executivo** anunciou a posse do conselheiro Daniel Smolentzov, nomeado pelo Decreto do Governador de 21/10/2021, para cadeira de membro titular da Procuradoria Geral do Estado, em complementação ao mandado de Anna Carolina Seni Peito Macedo Casagrande. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** informou que o Secretario Marcos Penido participava, naquele período, da comitiva internacional do governo do Estado, na *São Paulo Expo Week*, da *Expo Dubai – 2021*. Na sequência, declarou empossado o conselheiro Daniel Smolentzov e, comemorando seu retorno, desejou ao conselheiro, mais um ciclo virtuoso no CONSEMA. Passou, de imediato, aos principais informes da SIMA, que seguem resumidos: (i) foram iniciados pela concessionária do Parque Estadual Caminhos do Mar o restauro dos monumentos históricos do arquiteto Victor Dubugras; (ii) a consulta pública da concessão dos Parques Villa-Lobos, Cândido Portinari e Água Branca fora prorrogada até o dia 22 de novembro e; (iii) a consulta pública do Parque Estatual do Alto do Ribeira permanecerá aberta até 26 de novembro, sendo que a audiência pública ocorrerá em 25 de novembro, a partir das 17h00; (iv) foi realizada a destinação de R\$ 400 milhões para a perfuração de poços profundos em 120 municípios e a revitalização de 3 km de rios e cursos d’água, em 260 cidades paulistas. Afirmou que esse Programa tem por objetivo reforçar a segurança hídrica, beneficiando mais de 2,1 milhão de pessoas no Estado; (v) anunciou o início dos trabalhos de construção de barragem no Rio Corumbataí, na região de Ipeúna / Piracicaba e a entrega do Piscinão de Ferraz de Vasconcelos, obra importante para o controle hídrico da macrodrenagem da cidade, que está sendo entregue com 3 meses de antecedência; (vi) está em curso a capacitação sobre energia renovável, de cerca de 90 pessoas, em Campinas, através de um projeto internacional da Associação Brasileira de Geração Distribuída, coordenada pelo conselheiro Cassiano Ávila, Subsecretário de Infraestrutura; (vii) encontra-se em fase adiantada de implantação da Estação de Tratamento de Esgoto de Pradópolis e, prestes a ser inaugurada a ETA de Mairiporã; (viii) firmado mais um protocolo de intenções com o Condemat – Conselho de Municípios do Alto Tietê, para o desenvolvimento de projetos de cooperação ambiental na área de resíduos sólidos para a RMSP; (ix) encontra-se em fase de finalização o documento de Diretrizes e ações Estratégicas sobre o Plano de Ação Climática de São Paulo Net Zero 2050, a ser apresentado na COP-26 pela comitiva governamental do Estado de São Paulo, da qual fará parte. Destacou que o processo de aprimoramento desse documento contou com a imprescindível participação do CONSEMA. Passou-se aos **assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia**. O conselheiro **Cláudio Scalli** passou o tempo que lhe cabia a manifestação para o ex-conselheiro Marcelo Manara, Secretário de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos, que cumprimentou os conselheiros e demonstrou enorme satisfação e gratidão em retornar ao CONSEMA, onde foi conselheiro de 2012 a 2016. Declarou que protocolaria na Secretaria-Executiva documento no qual relatava incômodos na região do Vale do Paraíba, pela forma como teria sido conduzido acordo que resultaria no aporte suplementar de transposição das águas do sistema do reservatório do Jaguari. Alegou que o novo acordo teria sido estabelecido em Brasília entre Sabesp, DAEE e a ANA, sem que tivessem sido consultados o Comitê de Bacia do Paraíba do Sul e os municípios da respectiva bacia hídrica. A situação descrita teria gerado a necessidade de se buscar informações atuais sobre o andamento dos compromissos de gestão ambiental formulados, licenças e dos mecanismos correlatos, aprovados na 333ª Reunião Plenária Ordinária do CONSEMA, em 2015, que visam salvaguardar a qualidade do manancial



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

87 fornecedor de água para os sistemas Atibainha e Cantareira, como medida para atender a Região
88 Metropolitana da Grande SP a partir da crise hídrica ocorrida no período de 2013 a 2015. No decorrer
89 da atual crise hídrica, que considera a maior da história do Brasil, embora todos compreendam a
90 legalidade e a necessidade da citada portaria, entende ter faltado cordialidade nesta tomada de
91 decisões. Ademais, observou a dificuldade enfrentada para acessar os processos de licenciamento de
92 instalação e operação da transposição, que ele próprio acabou por conseguir por meio de um
93 Procurador Federal. Embora não seja usual, solicitou em nome do Comitê de Bacia Hidrográfica e
94 dos municípios citados, a realização pelo CONSEMA, de audiência pública de prestação de contas
95 levando-se em consideração a relevância das ações que visam garantir o abastecimento de água para
96 a RMSP e a existência de muitas “pontas soltas” e informações ainda não posicionadas sobre a gestão
97 do sistema reservatório do Jaguari, notadamente após a saída da CESP. Justificou a solicitação como
98 maneira de potencializar os esforços conjuntos entre o gestor do reservatório, Cetesb e a Sabesp. O
99 conselheiro **Jeferson Rocha** agradeceu à Cetesb pelo atendimento as demandas colocadas nas
100 reuniões anteriores e posicionou-se favoravelmente a solicitação do ex-conselheiro do CONSEMA,
101 o secretário de São José dos Campos, Marcelo Manara, e na sequencia cedeu a palavra a **Alexandre**
102 **Braga**, Prefeito de São José do Barreiro e Presidente da Região Metropolitana do Vale do Paraíba
103 endossou o teor do documento citado pelo Secretário Municipal Marcelo Manara e suas respectivas
104 colocações. O conselheiro **Roberto Resende**, na qualidade de participante do Movimento Mais
105 Florestas e do Observatório do Código Florestal ofertou a atualização sobre os trabalhos de
106 implementação do Programa Estadual de Regularização Ambiental – PRA, a partir da sua
107 participação nas discussões conduzidas pela SIMA e SAA e fortalecidas, em grande parte, pela
108 relação que possui com a meta de restauração do Plano de Ação Climática e que envolve a adoção
109 de mecanismos de comando e controle, incentivos financeiros e adequação ambiental do espaço
110 rural. Observou que alguns pontos da regulamentação do PRA/SP, no seu entendimento, ainda
111 conflitam com a Lei Federal, embora o diálogo com o Governo tenha sido retomada, avanço obtido
112 por intermédio da conselheira Cris Murgel e da SAA. Destacou o importante auxílio operacional aos
113 usuários, advindo do recente lançamento do primeiro volume do Manual de Aplicação do PRA/SP.
114 Destacou a necessidade de proceder à correção de determinado dispositivo da Resolução Conjunta
115 SAA/SIMA nº 04/2021, que possibilitava ao produtor/proprietário rural a não aplicação de norma
116 específica, condição afastada pela imediata edição da Resolução conjunta SAA/SIMA nº 05/2021.
117 Ademais reforçou outras três demandas que foram direcionadas ao Secretário da Agricultura e
118 Abastecimento e a SIMA sobre o PRA/SP, tais quais: a necessidade de garantir a manutenção da
119 segurança jurídica de proprietários e técnicos, assim como, o apoio aos programas de incentivo
120 econômico (PSA); a disponibilização de assistência técnica rural no Estado e parcerias com
121 prefeituras, sociedade civil e empresas. Por derradeiro, mas não menos importante, enfatizou a
122 necessidade de valorizar a ciência, com a mesma proatividade que o estado de São Paulo dedica ao
123 combate da pandemia, afastando o negacionismo quanto à emergência climática e urgência da
124 restauração florestal. O conselheiro **Djalma Weffort** informou o crescimento das incidências de
125 atropelamentos de animais silvestres, no Oeste-Paulista, inclusive de onça-pintada (*Panthera onca*)
126 cuja ocorrência acreditava-se restrita ao Pontal do Paranapanema. Em decorrência disso, solicitou
127 aos canais competentes, a inclusão de protocolo específico para o monitoramento dessa espécie de
128 felino, criticamente ameaçada de extinção, com poucos exemplares na natureza. Informou, ademais,
129 que por meio da entidade que representa - Apoena, protocolou expediente junto ao DER-SP,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

130 solicitando seus esforços para o monitoramento dessa espécie, uma vez que, em busca de alcançar
131 redutos naturais, existentes no Parque Estadual do Rio do Peixe e na RPPN, da foz do Rio Aguapeí,
132 os animais atravessam rodovias e vastas áreas de monocultura. Em segundo, informou que
133 protocolaria junto à Secretaria-Executiva do CONSEMA ofício contendo denúncia sobre a ostensiva
134 caça ilegal de animais de espécies nativas que vem ocorrendo no município de Paulicéia (anta, jacaré,
135 capivara e cervo-do pantanal), organizadas a partir de um assentamento localizado em área próxima
136 ao Rio Aguapeí, em Buriti. Solicitou auxílio dos conselheiros Sérgio Marçon da CFB, e do Cel
137 Motooka do CPAmb para o combate a essa caça que estaria ocorrendo de forma desenfreada. O
138 conselheiro **Wanderley Paganini** referindo-se ao Decreto Estadual nº 58.107/2012, que instituiu a
139 Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, relembrou sobre a
140 necessidade de se proceder à atualização ou revogação expressa da normativa, por considerá-lo
141 completamente defasado e desalinhado frente aos novos índices, metas e prazos estipulados no Plano
142 de Ação Climática de São Paulo, no Acordo Ambiental São Paulo, também com relação à
143 universalização do saneamento. O conselheiro **Fernando Prioste**, utilizando-se dos tempos
144 remanescentes dos conselheiros Jeferson Rocha e Djalma Weffort, considerando o avanço da
145 flexibilização das restrições sanitárias de combate a Covid, inclusive com a possibilidade de
146 liberação de torcidas organizadas nos estádios de futebol a partir do mês de novembro, questionou
147 sobre a possibilidade de realização da audiência pública presencial do projeto de concessão do Petar,
148 tendo em vista a importância e o impacto do empreendimento na região. A conselheira **Syllis**
149 **Bezerra** passou à leitura da seguinte nota: “*A frente ambientalista da Baixada Santista vem
150 manifestar seu repúdio diante da condução antidemocrática no processo de licenciamento URE
151 Valoriza Santos, no âmbito da Secretaria de infraestrutura do Meio Ambiente, Cetesb, Comitê de
152 Bacia da Baixada Santista, acarretando insegurança jurídica nos entes que atuam na defesa do
153 meio ambiente.*” Ato contínuo, a conselheira procedeu à leitura de moção de repúdio subscrita pelo
154 Condema de Peruíbe, contra a instalação da URE Valoriza Santos, assim como segue: “*O Condema
155 vem a público manifestar repúdio ao projeto URE Valoriza Santos e a sua aprovação no
156 CONSEMA, tendo em vista, tratar-se de uma tecnologia obsoleta, cara e poluente, em desacordo
157 com os objetivos do desenvolvimento sustentável que buscamos para nossa região, cujo foco é a
158 gestão de resíduos sólidos, embasada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que preconiza a
159 coleta seletiva, reciclagem e logística reversa. Um empreendimento cuja implantação coloca em
160 risco não apenas a saúde socioambiental da população da Baixada Santista, como também a
161 contaminação por metais pesados do ar, do solo e da água; mas também ameaçando o trabalho de
162 milhares de moradores, que têm na reciclagem a sua fonte de renda. Assinada por Eduardo Ribas,
163 presidente do Condema; Rodrigo Del Rio do Valle, vice-presidente; e Mari Polachini, secretária-
164 executiva*”. Finalizando, a conselheira alegou que o empreendimento URE Valoriza Santos seria
165 contrário, inclusive, ao Plano Net Zero de São Paulo, a ser apresentado na COP-26. O conselheiro
166 **Ibrahim Tauil** reiterou a preocupação da conselheira Syllis Bezerra, com o recente parecer
167 favorável ao empreendimento da URE, emitido pelo Comitê de Bacias. Frisou que a avaliação do
168 Comitê de Bacias se pauta pelo prisma da água que será utilizada por essas usinas que, embora sejam
169 apresentadas como sustentáveis/verdes, esconderiam um alto custo da energia gerada e as emissões
170 de dioxinas, furanos e outros gases perigosíssimos para a saúde pública. Apontou que existiriam
171 relatos de que uma unidade de incineração emitiria 33% de CO₂ a mais do que termelétricas a
172 carvão, que seriam consideradas as tecnologias mais poluentes do mundo. Dito isso, reiterou que o



173 Comitê de Bacias emitira um parecer favorável sobre a água que será utilizada, e não pela
174 poluição/contaminação do Rio Jurubatuba e, principalmente, das águas do reservatório a céu aberto,
175 denominado “Cava da Pedreira”, projetado pela Sabesp, que seria localizado dentro da área de
176 influência da URE. Repeliu a possibilidade do Estado de São Paulo vir a adotar, como carro-chefe,
177 projetos retrógrados dessa natureza, segundo o entendimento do conselheiro. O conselheiro **Sergio**
178 **Marçon** convidou os conselheiros e demais interessados a participarem do 13º EPBio - Encontro
179 Paulista de Biodiversidade, transmitido pela plataforma do Youtube, nos dias 26, 27 e 28 de outubro.
180 Passou-se aos esclarecimentos. O Secretário-Executivo **Anselmo Guimarães** informou que, tanto
181 do *link* de acesso ao 13º EPBio, quanto o documento mencionado pelo secretário municipal Marcelo
182 Manara seriam enviados, em meio digital, aos conselheiros, pela Secretaria-Executiva do
183 CONSEMA. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** ressaltou a importância das participações e
184 contribuições dos conselheiros, que são os representantes da sociedade nesse Conselho. Solicitou
185 aos conselheiros Domenico Tremaroli, representante da Cetesb e Cassiano Ávila, Subsecretário de
186 Infraestrutura suas considerações prévias sobre os questionamentos dos conselheiros, afetos às
187 atribuições dos órgãos que representam no Conselho. O conselheiro **Domenico Tremaroli** informou
188 ao secretário municipal Manara que a Cetesb e a Sabesp providenciaram a abertura de processo de
189 licenciamento para a nova regra operativa, que seguirão os trâmites previstos na sistemática de
190 licenciamento, afetos a natureza desse empreendimento, nos quais, se prevê a participação de todos
191 os entes intervenientes. Em relação ao licenciamento anterior, informou que seriam concedidas vistas
192 de forma irrestrita ao respectivo processo de transposição, em atendimento à solicitação mencionada.
193 Detalhou que a licença de operação fora emitida em caráter definitivo, e será observado
194 periodicamente o cumprimento das condicionantes do licenciamento. Em relação ao processo da
195 URE Santos, informou que seu licenciamento segue o rito tradicional e a evolução para as fases
196 subsequentes só poderá ocorrer, *pari passu* ao atendimento da legislação vigente. Explicou que a
197 URE prioriza o uso de combustível para a fração da úmida dos resíduos que não é passível de
198 reciclagem, portanto, sua operação não interferirá na coleta seletiva, pois tratará daquilo que a coleta
199 pública não dá conta. Sendo assim, recomendou que os planos municipais de resíduos sólidos
200 priorizem a abordagem da reciclagem da maior proporção possível de resíduos. Por derradeiro, ainda
201 que se trate de uma questão já superada, destacou que a Cetesb recebe toda a documentação juntada
202 ao processo, que nunca é desprezada, sendo a manifestação popular sempre considerada no rito do
203 licenciamento. O conselheiro **Cassiano Ávila** informou que, assim que tomou ciência da
204 manifestação do conselheiro Manara, naquela manhã, requereu à Sabesp que tome as providências
205 necessárias para atendimento ao pleito. Dado o reduzido tempo que lhe coube para reunir as
206 informações necessárias para responder as demais questões levantadas, afirmou que a Sabesp
207 fornecerá os esclarecimentos necessários e demonstrou plena disposição em auxiliar nesse processo.
208 O Presidente em exercício **Eduardo Trani** garantiu aos conselheiros Manara, Claudio Scalli e
209 Jeferson que os temas apontados serão internamente encaminhados e todas as informações públicas
210 serão prestadas, em atendimento, a orientação do próprio Secretário Marcos Penido quanto à
211 manutenção da transparência da gestão e responsabilidades nas áreas do saneamento e todas as afetas
212 a SIMA. Discorreu sobre a qualidade do material do Manual Técnico Operacional de Monitoramento
213 do PRA no Estado de São Paulo, e sobre a importância da participação dos diversos envolvidos,
214 inclusive na correção imediata de erros formais, conforme destacara o conselheiro Roberto Resende.
215 Agradeceu ao conselheiro Djalma Weffort por sempre trazer as demandas da região oeste do estado,



216 sendo encaminhando o andamento do assunto às áreas afetas aos temas, tanto sobre a caça ilegal,
217 quanto com relação ao monitoramento de forma a evitar atropelamentos de fauna silvestre. De
218 imediato, a conselheira **Lucila Manzatti** informou sobre o projeto piloto da FF de monitoramento
219 de mamíferos de médio e grande porte, que inclui algumas unidades de conservação na região da
220 Serra do Mar e no Morro do Diabo. Além disso, relatou que a FF tem feito capacitações sobre as
221 práticas e teorias relacionadas ao tema, com diversos gestores e colaboradores, inclusive com a
222 participação do gestor do Parque Estadual do Rio do Peixe. Acrescentou que esse projeto inclui o
223 uso de armadilhas fotográficas e de ferramentas de tecnologia avançada e plataformas de
224 geoespecialização das ocorrências. Colocou-se à disposição para conversar sobre o tema com os
225 conselheiros. O Presidente **Eduardo Trani** demonstrou concordância com o conselheiro Paganini
226 quanto a revisão do Decreto 58.107/2012, elaborado a época da Rio+20, e que trouxe metas bastante
227 ambiciosas desde universalização do saneamento até mesmo na área de transportes urbanos para o
228 Estado, algumas não finalizadas, mas certamente sempre monitoradas. Informou que tanto esse
229 Decreto, quanto o de regulamentação da PEMC estão sendo objetos de revisão, por grupo específico
230 da SIMA. Informou que a audiência pública sobre a concessão de áreas de uso público do Petar irá
231 ocorrer, de forma híbrida: com abertura de pontos de acesso presencial em Iporanga e Apiaí. Quanto
232 aos desdobramentos da URE de Santos, que teve seu licenciamento discutido e aprovado pelo
233 Conselho, louvou a participação sempre firme dos conselheiros Syllis e Ibrahim. Garantiu que tanto
234 as manifestações dos poderes locais, assim como a moção subscrita pelo Condema de Peruíbe, serão
235 sempre recepcionadas pela SIMA e pela Cetesb. Ressalvou, como sempre, que a Cetesb, como órgão
236 de controle ambiental e a própria Secretaria acreditam que os processos tecnológicos devem ser
237 controlados e monitorados continuamente para que não tragam desdobramentos indesejáveis à saúde
238 ou de outra natureza. Passou-se à Ordem do Dia. Recepionado pela Presidência e aprovado pelo
239 Pleno, procedeu-se à inversão de item da pauta, passando a constar como primeiro ponto da Ordem
240 do Dia, a apresentação das “**Ações de Fiscalização Integrada nas Áreas de Proteção e**
241 **Recuperação de Mananciais na Região Metropolitana da Grande São Paulo**”. O conselheiro
242 **Cel. Motoooka** iniciou a exposição informando que a Operação Integrada Defesa das Águas – OIDA,
243 existe desde 2007 por meio de convênio assinado entre o Governo Estadual e a Prefeitura da capital.
244 Detalhou que a cláusula 1 do respectivo Convênio estabelece como principal objeto, o incremento
245 das ações de proteção, recuperação, desenvolvimento, fiscalização, monitoramento e contenção em
246 áreas de interesse ambiental do Município de São Paulo, consideradas prioritárias para a preservação
247 do meio ambiente ecologicamente equilibrado, de acordo com o Plano de Trabalho, apensado a esse
248 instrumento. Com auxílio da projeção de slides, apresentou o organograma da OIDA, organizado
249 por meio do Comitê de Coordenação Geral, do qual fazem parte representantes de órgãos do estado
250 (SIMA, SSP e SH) e do município (SMSUB, SMSU e SEHAB). O Grupo Executivo, ligado ao
251 Comitê, é coordenado por representantes do Estado e do Município e integrado por titular e suplente
252 dos órgãos do Convênio para implantação do Plano de Ação. Na ponta da estrutura, atuam os
253 Comitês de Coordenação local – CCL (Capela do Socorro, Cidade Ademar, M’Boi Mirim e
254 Parelheiros) e Comitês de Coordenação Regional - CCR. Explicou que o CCT é coordenado pelo
255 Subprefeito ou representante, e cada CCR elege um dos Subprefeitos para coordenação. Os órgãos
256 do Convênio, por sua vez, indicarão um titular e suplente para compor cada um destes Comitês.
257 Passou a especificar as áreas monitoradas que são alvos das operações e, com auxílio da projeção de
258 fotos, ilustrou o processo de expansão, didaticamente faseados em: (i) *Estágio 1:* desmatamento,



259 terraplanagem, estaqueamento e abertura de vias; (ii) *Estágio 2*: instalação de rede elétrica e
260 hidráulica clandestina, portaria e edificação (com avanço em direção aos mananciais); (iii) *Estágio*
261 3: misto de edificação (em construção e pronta) e; (iv) *Estágio 4*: prevalência de imóvel habitado.
262 Na sequência, apresentou as etapas do Plano de Operações constituído das seguintes fases: (i) *Fase*
263 *I - Preparatória/Planejamento*: I. levantamento de informações (Patrulhamento, sobrevoo, imagens
264 de satélite, monitoramento de redes sociais, sistema de informações da SSP), II. análise de cenário e
265 coleta de provas, III. dimensionamento das equipes, da logística e dos apoios de policiamento e, IV.
266 Definição do alvo e data da operação ; (ii) *Fase 2 – Execução I – Polícia Militar Ambiental*: I.
267 Operação no local alvo – providências administrativas e criminais, II – comunicação aos órgãos
268 integrados e levantamento de informações, III – Instrução de processo administrativo, comunicação
269 ao Plenário OIDA/GFI e Ministério Público; (iii) *Fase 3 – Execução II – Operação Integrada*: I –
270 Planejamento de Operação Integrada observando atribuições específicas (plena ou parcial), II.
271 Definição de alvo e data da operação integrada e; III – Monitoramento das medidas administrativas
272 e penalidades (município/Estado) e; (iv) *Estágio 4 – Controle e Monitoramento*: I – Transferência
273 da área para GCM, II – Encerramento da Operação e, III – Policiamento preventivo e repressivo nas
274 áreas protegidas. Informou quais são os principais quesitos solicitados aos órgãos que serão alvos
275 das operações, sendo: 1. Para Subprefeitura: a identificação do proprietário, autorização do
276 loteamento/licenciamento/processo de regularização e informações sobre fiscalização; 2. Para ENEL
277 e Sabesp: redes de energia ou hidráulica, regularizadas ou clandestinas. Em paralelo as ações
278 descritas, são conduzidas operações de inteligência policial e de identificação criminal e cível, in
279 loco, na Billings e Guarapiranga. Discorreu sobre os trabalhos de identificação criminal, que envolve
280 ações em campo, com objetivo de delinear o organograma do crime e obter a individualização de
281 condutas lesivas e criminosas (degradação ambiental, comércio irregular, estelionato, falsidade
282 ideológica, associação criminosa, furto de energia elétrica, água, dentre outros). Com auxílio da
283 projeção de fotos aéreas ilustrou o processo de avanço das ocupações irregulares, seu desfazimento
284 e recuperação nas áreas nas áreas objeto da operação. Com auxílio da projeção de tabela, apresentou
285 os resultados obtidos nessas ações, no período de janeiro a setembro de 2021, que totalizam 43,7448
286 ha de áreas embargadas e R\$ 1.530 milhões em multas aplicadas nas operações de desfazimento.
287 Completou que atuam no Grupo Tático, criado em 01 de dezembro de 2020, 35 mil PMs em caráter
288 exclusivo, e detalhou a estrutura de veículos e equipamentos utilizados. Por derradeiro, atestou o
289 bom andamento da OIDA, enfatizando o engajamento e receptividade das Subprefeituras da Capital.
290 Embora o desmatamento, ocupação, loteamento irregular e crime organizado ocorram de forma
291 acentuada em outros locais da Região Metropolitana da Grande SP, são ainda mais intensas na Zona
292 Sul de São Paulo e no litoral (Guarujá, Ubatuba e Caraguatatuba), carecendo de ações bem integradas
293 entre diversos órgãos públicos, dentre os quais, citou o Ministério Público, além da existência de
294 políticas públicas específicas. O Presidente **Eduardo Trani** relatou que, assim como os conselheiros
295 mais antigos, há anos acompanha com preocupação o avanço das ocupações irregulares em áreas de
296 mananciais e seus graves desdobramentos. Ao longo desse tempo, relatou ser essa a primeira vez
297 que o CONSEMA recebia uma apresentação tão completa e com demonstração tão efetiva de
298 resultados, obtidos na OIDA. Em nome do Secretário da SIMA Marcos Penido, parabenizou o
299 trabalho exemplar da Polícia Militar Ambiental que, sob o comando do Cel Motoooka, conduz os
300 trabalhos de enfrentamento desse problema, amplamente reconhecido como sendo árduo e de
301 elevada complexidade. Agradeceu, outrossim, ao Ministério Público e à Prefeitura de São Paulo,



302 parcerias sem as quais não se poderia lograr o êxito tão almejado, embora reconheça que há muito
303 ainda a ser alcançado. O conselheiro **Sérgio Marçon**, enfatizou a gravidade e extensão dos problema
304 em áreas de proteção aos mananciais, sempre com denúncias, ações específicas do poder público,
305 mas, tal como o Presidente Eduardo Trani, ressaltou não ter presenciado nos últimos anos ações tão
306 coordenadas, efetivas e organizadas, de combate a um problema que tem avançado, tem sido
307 incrementado e organizado “pelo lado de lá”, acentuando, portanto, a importante liderança da Polícia
308 Militar Ambiental, do Cel. Motoooka, Maj. Guilherme e Ten. Cel. Rodrigo do 1º Batalhão da RMSP.
309 Tais ações renovam a confiança nos agentes do Estado e dos municípios na existência de um caminho
310 factível para o exercício do pleno controle territorial da RMSP, e na perspectiva de implantação de
311 mais Grupos de Fiscalização Integradas – GFIs, por sub-bacias. Informou sobre a regulamentação de
312 de quatro GFIs, inclusive, com representantes operacionais já designados, que se reúnem
313 constantemente para organizar as ações de fiscalização em campo. Garantindo a perenidade e
314 expansão desse movimento, discorreu sobre a necessidade de agir em direção à construção de
315 alternativas de enfrentamento dos fatores de origem das expansões irregulares, em áreas de
316 manancial, e promover a sedimentação da metodologia de trabalho e estruturação dos órgãos
317 intervenientes no processo. Para tanto, informou sobre o desenvolvimento pela SIMA, de projetos
318 a partir de recursos financeiro do Fehidro, dentre os quais, informou sobre o andamento do contrato
319 para disponibilização de imagens de satélite, em alta resolução, para realizar o diagnóstico prévio e
320 acompanhamento das áreas embargadas. Um segundo projeto, por sua vez, trata de equipar os órgãos
321 (Polícia Militar Ambiental, Cetesb, Prefeituras) com embarcações, tablets, viaturas, computadores e
322 drones, além da contratação de serviços (identificação territorial, guincho, pátios). Anunciou que em
323 breve ocorrerá um evento com a participação dos municípios para assinatura de um protocolo de
324 intenções visando dar início aos trâmites de um convênio de fiscalização e monitoramento de áreas
325 de manancial da RMGSP. De forma auxiliar, informou sobre a consolidação de Projeto para custear
326 os desfazimentos, com enfoque nas prefeituras sem aporte financeiro suficiente para arcar com essas
327 ações de elevado custo. Evidenciou o importante apoio da PGE, Ministério Público e da sociedade
328 civil no sentido de fomentar as discussões, construção de soluções e arbitragem, em especial, a
329 OAB/SP, representada pela conselheira Sandra Medaglia. Passou-se à discussão. A conselheira
330 **Viviane Moschini** parabenizou o Cel. Motoooka e a equipe pela excelente exposição e atuação em
331 prol da resolução da complexa problemática. O conselheiro **Plínio Back** informou que estão sendo
332 protocoladas na PGE diversas ações de moradores temendo receber autuações pela aquisição incauta
333 de lotes irregulares e outras consequências correlatas. Por conseguinte, o conselheiro sugeriu, em
334 complementação às providências adotadas pelos órgãos intervenientes, a realização de campanhas
335 educativas para orientar a população de que a aquisição de um lote não pode basear-se tão somente
336 no valor anunciado ou viabilidade de pagamento, mas também na condição/viabilidade de
337 regularização da área. O conselheiro **Ibrahim Tauil** afirmou que, embora legal, a comunidade
338 ambientalista regional, considera ultrapassado o projeto de ampliação do empreendimento Riviera
339 de São Lourenço na Baixada Santista, frente à atual crise climática. Sugeriu ao conselheiro Cel.
340 Motoooka a intensificação da fiscalização nas áreas de encosta da Serra do Mar, em Humaitá, São
341 Vicente, devido às invasões de áreas para implantação de ranchos/chácaras de criação de rãs.
342 Recomendou ainda que a região da Trilha do Boi Morto, entre os Morros da Nova Cintra e do
343 Voturuá, seja transformada em parque ambiental, em razão de abrigar a única área de Mata Atlântica
344 nativa, da Ilha de São Vicente. O conselheiro **Gustavo Oliveira** cumprimentou os conselheiros Cel.



345 Motoooka e Sérgio Marçon e suas respectivas equipes da Polícia Militar Ambiental e CFB, pelos
346 trabalhos de combate às ocupações irregulares e ao desmatamento. A conselheira **Tatiana Serra**
347 parabenizou a atuação das equipes da PAMb e da SIMA, nas pessoas do Cel. Motoooka e Sérgio
348 Marçon e de todos que trabalham nas operações. Observou que o diálogo constante entre os órgãos
349 integrantes do OIDA, demonstra o elevado grau de interação alcançado por seus integrantes e
350 colocou-se à disposição para colaborar. Em sintonia com o conselheiro Plínio Back, reafirmou a
351 importância de levar ao conhecimento do público as ações promovidas pela OIDA, assim como, os
352 efeitos deletérios advindos da aquisição indevida de lotes. Sugeriu que se verifique a possibilidade
353 de implantar placas de sinalização para alertar a população, principalmente, de baixa renda
354 estabelecida, no entorno das áreas objeto de demolição, quanto aos riscos e às perdas patrimoniais
355 advindas da situação irregular. Considerando a presença de representantes municipais, evidenciou a
356 notória importância de agregar a OIDA outras políticas efetivas. Recomendou a formulação de
357 política de habitação para população de baixa renda, com a finalidade de desencorajar a aquisição
358 de lotes irregulares, e de política de regularização fundiária para áreas consideradas aptas, para evitar
359 a incidência de impactos ambientais ainda mais relevantes, especialmente ligados a qualidade dos
360 mananciais e saneamento básico dos municípios. O conselheiro **Valentim** recordou-se de sua
361 atuação no Programa SOS Mananciais e na Regional da Vigilância Sanitária na qual coordenava
362 ações em sete municípios, de 1992 a 1997, período no qual obteve profundo conhecimento das áreas
363 de mananciais. Embora reconheça a potência da fiscalização atual, o conselheiro evidenciou como
364 essencial ao enfrentamento da escalada do crime organizado e dos movimentos de pressão territorial,
365 a criação de políticas públicas voltadas à ocupação social de baixa renda, em regiões de elevada
366 densidade populacional. Acrescentou ao rol de demandas, a premente atualização de legislações de
367 proteção aos mananciais, como forma de valorizar a proteção das áreas ainda não ocupadas. A
368 conselheira **Violeta Kubrusly** parabenizou as equipes da OIDA e à oportuna e completa
369 apresentação ofertada pelo conselheiro Cel. Motoooka e, afirmou endossar a proposta do conselheiro
370 Plínio Back quanto à implementação de intensiva campanha social e preventiva de conscientização
371 da população. O conselheiro **Wanderley Paganini** demonstrou concordância com as manifestações
372 da conselheira Tatiana Serra e conselheiro Valentim, quanto à questão social e acrescentou
373 preocupação quanto à pressão advinda da expansão das atividades turística e das chácaras de lazer,
374 em direção as áreas de mananciais. Solicitou ao conselheiro Cel. Motoooka que informe sobre a
375 assinatura de convênio entre a Sabesp e Polícia Militar Ambiental para fortalecer a fiscalização
376 rotineira e ostensiva na região do Cantareira, com perspectiva futura de expandi-lo para outros
377 mananciais. A conselheira **Sandra Medaglia** informou que as Comissões de Meio Ambiente e de
378 Advocacia na Mediação e Conciliação da OAB/SP integram, juntas, o grupo Desafios dos
379 Mananciais, com o objetivo de realizar eventos, sendo que, já foram providos, ao longo desse ano,
380 quatro sobre a temática proposta, com a participação de diversos atores. Agradeceu ao conselheiro
381 Sérgio Marçon pela participação no evento de 5 de outubro, p.p., que muito auxiliou os integrantes
382 da OAB a traçarem caminhos mais efetivos no enfrentamento dos desafios atinentes a matéria.
383 Esclareceu que, finalizada essa etapa, a OAB partirá para a aplicação prática da mediação e
384 conciliação em áreas de proteção aos mananciais, a partir dos conhecimento e reflexões adquiridos
385 nos eventos. Em nome da OAB/SP, colocou-se à disposição para contribuir com os trabalhos da
386 OIDA. O conselheiro **Cláudio Scalli** remetendo-se à própria experiência adquirida como secretário
387 de vários municípios, especialmente na repressão de loteamentos irregulares, denotou a elevada



importância educativa das ações ostensivas (bloqueios, placas, cercamentos, dentre outros) para evitar a expansão das ocupações irregulares, levando-se em consideração também, o longo e complexo desenrolar de processos judiciais afetos ao problema. Dito isso, questionou sobre a real possibilidade de serem adotadas ações repressivas. Por derradeiro, assim como o conselheiro Paganini, evidenciou a importância de combate as invasões na Serra da Cantareira. O conselheiro **Fernando Bruno**, considerando a complexidade e a dimensão dos problemas latentes na RMSP, apontou a premência de se atentar para as recentes ocupações que vem se estabelecendo, intensamente, no interior do estado. Por esse motivo, solicitou que as medidas de combate às expansões irregulares, notadamente em áreas de mananciais, sejam traduzidas para as linguagens específicas das microrregiões, criadas pelo Governo do Estado e, considerando que os prefeitos que integram as câmaras temáticas regionais se reúnem mensalmente, considerou oportuna a participação nas reuniões de representantes da PAmB. Nesse sentido, evidenciou a preocupação latente demonstrada pelos prefeitos sobre as questões ambientais, especialmente, quanto as áreas produtoras de água, o que justifica a condução de trabalhos conjuntos entre as diferentes esferas administrativas. Para tanto, colocou a APM - Associação Paulista de Municípios à disposição para auxiliar nas interlocuções e, nesse sentido, propôs que a temática ambiental seja inserida na programação do próximo congresso dos municípios. O conselheiro **Jeferson Rocha** observou que a destruição ambiental é isenta de padrão social, a exemplo do que ocorre em terreno localizado à rua das Amendoeiras, Praia de Itamambuca, Litoral Norte de SP, caso sobre o qual solicitou providências. Reiterou a necessidade de fornecer campanhas educativas para a população, pelas motivações apresentadas pelos conselheiros que lhe antecederam o uso palavra. Para tanto, sugeriu o emprego de *outdoors* localizados na beira das rodovias. Questionou quais mecanismos de auxílio poderiam os cidadãos recorrer e, de que forma poderiam utilizá-los para combater os avanços irregulares de áreas. O conselheiro **Djalma Weffort** referiu-se à complexidade e magnitude das invasões, notadamente, na RMGSP e sugeriu que, além das campanhas educativas e de conscientização, que a PAmB conte com o apoio e a colaboração das ONGs locais e dos cidadãos comuns. Ofertou como exemplo de sucesso, as colaborações estabelecidas entre a comunidade local, Polícia Militar Ambiental e Corpo de Bombeiros que, embora não sejam formais, rendem excelentes resultados. Externou repúdio e indignação contra a prática da advocacia em locupletamento com organizações criminosas, recomendando as instâncias competentes averiguem e responsabilizem àqueles que assim exercem a profissão de forma ilícita. Por último, reiterou a solicitação de tomada de providências frente à caça ilegal e ostensiva que vem ocorrendo às margens do rio Paraná, no município de Pauliceia, inclusive de animais em extinção. Passou-se aos esclarecimentos. O **Cel. Motooka**, respondendo aos questionamentos, esclareceu: (i) que a implementação de campanhas educativas é assunto recorrente em todas as reuniões da OIDA, e esclareceu que a divulgação dos resultados é feito pelo conjunto dos órgãos de imprensa, sob supervisão da comunicação social da SIMA, Secretaria de Segurança Pública e da PAmB. Em paralelo, esclareceu que a implantação de placas e faixas com informações sobre o embargo de determinada área já é feita mas, frequentemente, as sinalizações tem sido alvo constantemente de atos de vandalismo e roubo; (ii) evidenciou o trabalho essencial da PGE nas ações liminares instruídas, na medida do possível, pela PAmB e CFB; (iii) comprometeu-se a verificar, com o devido apreço, as situações relacionadas a Riviera de São Lourenço, São João de Paratinga/Samaritá e Trilha do Boi Morto; (iv) na pessoa da conselheira Tatiana Serra, parabenizou o MP pela realização no XXV Congresso de Meio Ambiente, que tratou



431 das emergências climáticas e dos impactos ambientais e urbanísticos e do século XX; (v) evidenciou
432 a elevada pressão populacional, principalmente em áreas específicas do município de São Paulo
433 (7.800 pessoas/km²) e, com objetivo de deter a expansão urbana irregular e priorizar as ações, a
434 SIMA/CFB elaborou o “Mapa do Não”, e informou ter sido constatado dentro da sua abrangência,
435 mais de 1.800 nascentes; (vi) sobre o convênio Sabesp/PAmB informou que está em curso um estudo
436 para o estabelecimento de atividade especial de patrulhamento preventivo, por jornada de trabalho
437 do Policial Militar Ambiental, inicialmente para a Zona Norte de SP, com previsão de abranger toda
438 a RMGSP. Destacou que o vigente patrulhamento primoroso e de vanguarda no Estado, muito se
439 deve à participação de seu contingente policial, em inúmeras ações conjuntas com as Prefeituras, em
440 trabalho de frente ou de retaguarda aos servidores municipais, que muitas vezes apresentam-se em
441 número reduzido e/ou com dificuldades no combate o crime organizado e associações criminosas,
442 pelas situações, muitas vezes, ameaçadoras e de risco elevado que apresentam; (vii) Explicou que
443 a Sabesp também recorre ao patrulhamento policial para reforçar a vigilância patrimonial de estações
444 de distribuição de água, em garantia ao abastecimento de mais de 2 milhões de habitantes da Capital.
445 Informou que a análise jurídica do citado convênio está sendo finalizado pela Sabesp e Secretaria de
446 Segurança Pública, com expectativa de que venha a ser assinado em breve. Detalhou que o escopo
447 desse convênio não se restringe à disponibilização de efetivo militar, mas engloba trabalhos de
448 logística e terceirização de viaturas; (viii) Informou que a Secretaria de Segurança Pública e a SIMA
449 estão desenvolvendo um convênio com o Tribunal de Justiça de São Paulo para conceder caráter
450 homologador judicial aos técnicos conciliadores da CFB e da PAmB, integrantes do atual Programa
451 Estadual de Conciliação Ambiental; (ix) em relação as dificuldades enfrentadas no combate às forças
452 clandestinas de controle territorial, relatou que aparatos empregados para bloquear a entrada de
453 loteamentos irregulares são removidos, muitas vezes, logo no dia seguinte a implantação pela
454 Polícia; (x) declarou que os Comandos regionais da PAmB do Estado são orientados a conhecer e
455 auxiliar na construção das políticas públicas municipais, integrando ou participando de fóruns
456 regionais e interagindo com entidades da sociedade civil, como forma de aprimorar a atuação e a
457 prestação de serviços comunitários. Dessa maneira, orientou o conselheiro representante da APM a
458 encaminhar convites de participação diretamente aos próprios representantes do Policiamento
459 Ambiental local ou para ele próprio realizar a distribuição; (xi) orientou que as denúncias ambientais
460 podem ser encaminhadas pela página eletrônica da SIMA e PAmB, na internet, por meio do
461 aplicativo específico de denúncia, no smartphone, ou diretamente nas unidades regionais da PAmB.
462 Discorreu sobre os parâmetros de priorização dos atendimentos e as consequências decorrentes de
463 denúncias falsas; e (xii) garantiu que a denúncia sobre a ocorrência de caça ilegal, em Paulicéia, será
464 devidamente averiguada. Por derradeiro, anunciou que mais uma etapa da Operação Corta-Fogo
465 estava prestes a terminar, e que resultou em fiscalização e responsabilização de 92% das notificações
466 de focos de incêndio. Festejou que as ações preventivas de orientação e operacionais, no âmbito das
467 Operações Huracán I e II, feitas de forma preventiva e em parceria com o Ministério Público,
468 surtiram resultados igualmente efetivos. Destacou que o período da piracema terá seu início a partir
469 do dia 1º de novembro perdurando até dia 28 de fevereiro do ano seguinte, período para o qual a
470 PAmB trabalhará, simultaneamente, em prol do defeso. Discorreu, ao final, sobre os esforços para
471 o estabelecimento de conexão junto a outras instituições, necessárias ao bom desfecho das ações
472 oriundas da PAmB (Procon e Creci, por exemplo). O Presidente **Eduardo Trani** ratificou a
473 importância das informações tão bem apresentadas, agradeceu os conselheiros Cel. Motooka, ao



Maj. Guilherme pelos esforços empreendidos no policiamento e fiscalização ambiental e, aos conselheiros pelas contribuições ofertadas. O conselheiro **Sergio Marçon** observou que a CFB está em conduzindo tratativas junto a AELO - Associação de Empreendedores em Loteamento para a assinatura de acordo de cooperação para o incentivo da aquisição de áreas regulares, quando disponíveis. Em relação às eventuais irregularidades na Praia de Itamambuca, informou sobre a necessidade de dirimir o conflito decorrente de reurbanização promovida pela Prefeitura. Informou que o caso está em análise na Consultoria Jurídica da SIMA e servirá de embasamento às decisões para a fiscalização de áreas em situação semelhante. Passou-se ao próximo ponto da Ordem do Dia, a apreciação dos **Relatórios Finais** da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre os **recursos especiais referentes aos seguintes Autos de Infração Ambiental:** 1.1. AIA nº **257.463/2011**, interposto por Palmont Montagem Industrial Ltda; 1.2. AIA nº **283.601/2012**, interposto por Arnaldo Pisaneschi; 1.3. AIA nº **334.959/2016**, interposto por Biosev Bioenergia S/A Unidade Vale do Rosario; 1.4. AIA nº **328.661/2015**, interposto por Usina Bazan S/A. O conselheiro **Plínio Back** ofertou a contextualização do relatório atinente aos autos de recurso especial interposto por Palmont Montagem Industrial Ltda contra a decisão que confirmou o AIA nº 257.463/2011, referente a aplicação de multa simples, com base no artigo 40 da Resolução SMA nº 32/2010. Explicou ter a recorrente utilizado local situado em Área de Proteção de Mananciais para realização de obras, visando o pleno funcionamento de suas atividades, sem o devido licenciamento ou autorização do órgão ambiental. Informou que o recurso sustenta impossibilidade de ampla defesa; nulidade da autuação; e equívoco no cálculo do valor da multa. Informou que os conselheiros da CT deliberaram, unanimemente, nos termos do voto da relatoria, pelo conhecimento e parcial provimento do recurso para, confirmada a autuação, proceder-se à retificação do cálculo da multa, nos termos do artigo 79, § 2º, da Resolução SMA nº 32/2010. Submetido à votação, o respectivo relatório foi **aprovado** por unanimidade, originando a seguinte decisão: ***“Deliberação CONSEMA nº 18/2021. De 27 de outubro de 2021. 404ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova relatório da CT Processante e de Normatização sobre Recurso Especial interposto por Palmont Montagem Industrial Ltda. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Aprova o Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o Recurso Especial interposto por Palmont Montagem Industrial Ltda, em face do Auto de Infração Ambiental nº 257.463/2011, que conclui pelo seu conhecimento e parcial provimento, pelos fundamentos de fato e de direito expostos.”***. Em prosseguimento, passou-se à relatoria referente à análise do recurso especial contra a decisão do AIA nº 334.959/2016, interposto por Biosev Bioenergia S/A Unidade Vale do Rosario. A conselheira **Tatiana Serra** notificou ter a interessada formalizado pedido de desistência do recurso especial e, após constatar a adequação do pedido aos trâmites e critérios vigentes, ponderou pelo seu acolhimento, decisão **aprovada**, por unanimidade, originando a ***“Deliberação CONSEMA nº 20/2021. De 27 de outubro de 2021. 404ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Acolhe o requerimento de desistência do Recurso Especial da Biosev Bioenergia S/A - Unidade Vale do Rosário. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Acolhe o requerimento de desistência do Recurso Especial referente ao Auto de Infração Ambiental nº 334.959/2016, pela interessada Biosev Bioenergia S/A - Unidade Vale do Rosário.”*** Passou-se ao recurso interposto por Usina Bazan S/A, referente ao AIA nº 328.661/2015, imposto por uso de fogo em áreas agropastoris, sem



517 autorização do órgão competente, com danos a vegetação nativa, envolvendo majoração do valor da
518 multa, por reincidência. Assumindo a relatoria, a conselheira **Tatiana Serra** apresentou a matéria e
519 seu voto divergente, aprovado pela maioria dos membros da CT, que concluiu pelo reconhecimento
520 do recurso interposto e, no mérito, dando-lhe parcial provimento para: a) manter íntegra a autuação
521 objeto do AIA nº 328.661, consistente em fazer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização
522 do órgão competente, danificando 118,83 hectares de canavial; b) cancelar o AIA nº 321.276 por
523 força de decisão judicial transitada em julgado; e c) afastar a reincidência, mantidas as demais
524 determinações da decisão administrativa. Sem manifestações contrárias, a seguinte decisão foi
525 **aprovada: “Deliberação CONSEMA nº 21/2021. De 27 de outubro de 2021. 404ª Reunião**
526 **Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova relatório da CT Processante e de Normatização**
527 **sobre Recurso Especial interposto por Usina Bazan S/A. O Conselho Estadual do Meio Ambiente**
528 **- CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Aprova o**
529 **Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o Recurso**
530 **Especial interposto por Usina Bazan S/A em face do Auto de Infração Ambiental nº**
531 **328.661/2015, que concluiu pelo seu conhecimento e parcial provimento, pelos fundamentos de**
532 **fato e de direito expostos”.** Passou-se à apresentação do relatório referente ao recurso referente ao
533 AIA nº 283.601/2012, interposto por Arnaldo Pisaneschi. O relator **Fernando Prioste** informou que
534 a petição, além de não observar as formalidades legais, foi protocolizada fora do prazo legal, motivos
535 pelos quais concluiu-se pelo reconhecimento de sua intempestividade. Colocado em votação, o
536 relatório foi **aprovado**, por unanimidade, dando origem à decisão: **“Deliberação CONSEMA nº**
537 **19/2021. De 27de outubro de 2021. 404ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Aprova**
538 **relatório da CT Processante e de Normatização sobre Recurso Especial interposto por Arnaldo**
539 **Pisaneschi. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua**
540 **competência legal, delibera: Artigo único – Aprova o Relatório Final da Comissão Temática**
541 **Processante e de Normatização sobre o Recurso Especial interposto por Arnaldo Pisaneschi**
542 **em face do Auto de Infração Ambiental nº 283.601/2012, que concluiu pelo não conhecimento**
543 **do recurso, pelos fundamentos de fato e de direito expostos”.** Passou-se à apresentação do último
544 item da Ordem do Dia, qual seja, a apresentação das **ações do Governo do Estado de São Paulo**
545 **para a 26ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 26.**
546 O Presidente **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio ambiente e coordenador do Plano de Ação
547 Climática do Estado de São Paulo, com auxílio da projeção de imagens recordou que, em 20 de julho
548 p.p., o governador assinou o Decreto nº 65.881/2021, por meio do qual o Estado de São Paulo se
549 comprometeu a apresentar o Plano de Ação Climática *Net Zero 2050*, até julho de 2021. A partir
550 disso, os membros do CONSEMA trabalharam na concepção do documento básico “Diretrizes e
551 Ações Estratégicas” que, submetido a consulta pública, recebeu contribuições de 200 participantes,
552 dentre instituições e pessoas físicas, e para tanto, foram realizadas 42 reuniões técnicas e audiências.
553 Informou que o processo de análise e consulta pública havia terminado na semana anterior cuja
554 versão final do documento, a ser apresentado na COP-26, como contribuição do estado de São Paulo
555 ao Plano de Ação Climática – *Net Zero 2050*, será enviada aos conselheiros. Destacou que o Estado
556 aderiu ao *Race to Zero* (Corrida ao Zero), campanha que reúne 454 cidades, 1.397 empresas e 569
557 universidades no mundo. Destacou que, até o momento, o *Race to Zero*” agrega mais de 50% do
558 PIB Mundial, o que significa que o compromisso com as metas de neutralidade de carbono para 2050
559 foram assumidas pelos diversos setores da sociedade, empresas e Estado. Com destacada



importância, informou sobre o *Race to Resilience* (Corrida à Resiliência), a outra campanha da ONU por meio da qual o Estado se comprometeu a elaborar a análise de riscos e vulnerabilidade climática, a ser detalhada no Plano de Adaptação Climática, até dezembro de 2022. Acrescentou que o Estado de São Paulo desenvolve o Projeto Municípios Resilientes para fornecer apoio a formulação de Planos Municipais de Adaptação Climática por meio da base estadual de geodados – Rede ZEE, em parceria com a agência Alemã de Cooperação, GIZ. Informou que o Plano de Ação Climática – *Net Zero 2050* será suscintamente consubstanciado em documento estruturado a partir de cinco ações estratégicas (eixos temáticos), a saber: 1. *Energia Renovável, Combustíveis Avançados e Eficiência Energética*; 2. *Restauração Florestal, Agricultura de Baixo Carbono e Bioeconomia*; 3. *Segurança Hídrica e Saneamento Ambiental*; 4. *Controle da Poluição, qualidade do Ar e Transportes Sustentáveis* e; *Municípios Resilientes e Cidades Inteligentes*. Ofertou breve detalhamento dessas ações estratégicas, iniciando pelo eixo 1, que engloba a adoção de energia fotovoltaica, a cogeração com bagaço de cana, biogás e o Programa Etanol mais Verde. Quanto ao eixo 2, enfatizou o recente lançamento pelo governador do “Programa Refloresta São Paulo” que terá, em breve, o correlato Decreto promulgado, para o qual se prevê a destinação de R\$ 200 milhões do Fecop para a promoção de parcerias incentivadas que, somados aos estímulos do Programa do Agro Legal prevê a recuperação de aproximadamente 1,5 milhão de ha em florestas nativas, a ser anunciada como meta na COP-26. Somando-se a essas iniciativas destacou o novo ICMS Ambiental, o Programa Nascentes e o Plano Estadual de Mitigação e Adaptação as Mudanças Climáticas para a economia de emissão de baixo carbono da agricultura (Plano ABC). Quanto ao eixo da Segurança Hídrica e Saneamento Ambiental, destacou os objetivos dos Programas Novo Rio Pinheiros e Rios Vivos, de recuperação de mananciais, do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e do Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar. Para o eixo 4, discorreu sobre a construção da primeira rodovia Carbono Zero (Rodovia Piracicaba – Panorama); o PITU 2040 – Plano Integrado de Transportes Urbanos, com a expansão da rede metroviária (Metrô e CPTM); o Acordo Ambiental São Paulo - Cetesb, que é o incentivo às empresas paulistas, associações e municípios a assumirem compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa; o controle da poluição veicular e o incentivo à implantação de frota com veículos híbridos e elétricos. Quanto ao eixo 5, destacou as iniciativas aos processos de resiliência e adaptação, dos quais destacou a parceria com a ONU na promoção da Campanha Mundial das Cidades Resilientes para redução de riscos de desastres; construção sustentável implementada a partir da nova PENC; iniciativas municipais e estaduais para a mobilidade urbana; Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE e; o Programa Cidades Inteligentes, aprovado em agosto/2021. Por derradeiro, enfatizou as diversas iniciativas municipais para a Ação Climática, destacando: o PlanclimaSP - Programa para aumento da capacidade de Resiliência dos municípios paulistas; a capacitação ofertada pela Cetesb, sobre adaptação às mudanças climáticas para os municípios da Baixada Santista; auxílio da SIMA na elaboração do Plano Regional de Adaptação da Baixada Santista e parcerias com o ICLEI e Waycarbon; elaboração do PAC, por meio da Anamma e a APM e; o Município VerdeAzul, canal de interlocução da SIMA e municípios, por meio do qual promove capacitações das quais participam os interlocutores dos municípios e o ranking ambiental municipal. Por derradeiro, ofertou a agenda de compromissos do Governo do Estado de São Paulo na COP-26 a decorrer em Glasgow, Escócia, Reino Unido, entre 31 de outubro a 12 de novembro de 2021. Entre 31/10 e 02/11, acompanharão o Governador, na comitiva do Estado de São Paulo, os Secretários responsáveis pela política de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

603 economia climática do Brasil, o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido; ele
604 próprio, Subsecretário de Meio Ambiente, Eduardo Trani e seus assessores Oswaldo Lucon e Jussara
605 Carvalho. Nos demais dias da Conferência, os membros dessa comitiva participarão de Plenárias dos
606 governos subnacionais, dentre as quais, será apresentada a proposta de mercado de carbono do
607 Estado de São Paulo, pretendendo-se que se dê seu início pelo mercado voluntário, seguindo-se o
608 mercado regulado. Declarou que São Paulo não terá participação isolada, mas em conjunto com
609 governadores e secretários de 12 outros estados brasileiros, visando a criação de um diálogo forte e
610 em uníssono. Pontuou que os estados são responsáveis por mais de 80% dos processos de
611 licenciamento ambiental que ocorrem no Brasil, não sendo essa, portanto, uma atividade restrita ao
612 Governo Federal. Anunciou que se encontra em estágio avançado a constituição do Consórcio Brasil
613 Verde, para o qual 24 Estados demonstraram interesse em participar, e que terá como principal
614 objetivo, canalizar recursos financeiros internacionais para o desenvolvimento de projetos
615 climáticos. Antes de passar a palavra ao conselheiro Gil Scatena, solicitou aos membros da CT de
616 Políticas Públicas mantenham-se coesos, pois, em sequência à COP-26, prosseguirão os trabalhos
617 de desenvolvimento do Plano de Ação Climática - PAC, ouvindo os diversos setores da sociedade.
618 O conselheiro **Gil Scatena** afirmou que o PAC foi desenvolvido e aprimorado a partir das consultas
619 públicas e, principalmente, pelas contribuições recebidas nas várias reuniões da CT de Políticas
620 Públicas e na Plenária do CONSEMA. Declarou, portanto, que esse PAC foi consubstanciado a partir
621 da diversidade de olhares sobre a questão climática representando, por conseguinte, o compromisso
622 da sociedade paulista sobre essa temática essencial. A conselheira **Violeta Kubrusly** desejou uma
623 feliz viagem, e externou gratidão por mais essa representação de peso, ética e competência do
624 Governo do Estado de São Paulo e da SIMA, desta feita, em Glasgow. **Liv Costa**, representante da
625 Fiesp, parabenizou a condução dos trabalhos, desejando boa viagem à comitiva e, na sequência
626 indagou sobre a discussão da regulamentação do mercado de carbono. O conselheiro **Gil Scatena**
627 esclareceu a conselheira que, ao longo das discussões do PAC na CT, o mercado de carbono emergiu
628 como uma das ações possíveis, desde que seja implementado com cautela. Enfatizou que o
629 Governador declarara publicamente que, no caso do PL Nacional de mercado de carbono não
630 avançar, apresenta-se como possibilidade factível o mercado regional voluntário do Estado de São
631 Paulo. O conselheiro acredita que essa possibilidade será debatida com as partes interessadas, em
632 momento oportuno. O conselheiro **Valentim** exaltou o trabalho desenvolvido pelo Estado de São
633 Paulo, benéfico para o meio ambiente e para a qualidade de vida dos paulistas e, os conselheiros
634 **Djalma Weffort** e **Maurício Forlani** parabenizaram a apresentação feita pelo Presidente Eduardo
635 Trani e se colocaram à disposição para auxiliar nas ações de restauração florestal. Nada mais
636 havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do
637 CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.